

**Partes no processo principal**

*Recorrente:* Z

*Recorrido:* Minister voor Immigratie en Asiel

**Questões prejudiciais**

1. Os estrangeiros com uma orientação homossexual constituem um grupo social específico na aceção do artigo 10.º, n.º 1 e alínea d), da Diretiva 2004/83/CE do Conselho, de 29 de abril de 2004, que estabelece normas mínimas relativas às condições a preencher por nacionais de países terceiros ou apátridas para poderem beneficiar do estatuto de refugiado ou de pessoa que, por outros motivos, necessite de proteção internacional, bem como relativas ao respetivo estatuto, e relativas ao conteúdo da proteção concedida (JO L 304, [p. 12]; a seguir «diretiva»)?
2. Em caso de resposta afirmativa à primeira questão: quais são as práticas homossexuais abrangidas pelo âmbito de aplicação da diretiva? A existência de atos de perseguição relativos a estas práticas pode, se forem satisfeitos os demais requisitos, levar à concessão do estatuto de refugiado? Esta questão também contém as seguintes subquestões:
  - a) Pode esperar-se dos estrangeiros com uma orientação homossexual que, no país de origem, ocultem a sua orientação das outras pessoas, a fim de evitarem a perseguição?
  - b) Em caso de resposta negativa à questão anterior, pode esperar-se dos estrangeiros com uma orientação homossexual que demonstrem contenção no exercício dessa orientação no país de origem, a fim de evitarem a perseguição, e, em caso afirmativo, em que medida? Pode esperar-se dos homossexuais uma maior contenção a esse respeito do que dos heterossexuais?
  - c) Se, neste contexto, puder distinguir-se entre as formas de expressão que se referem e as que não se referem ao núcleo essencial da orientação, o que se deverá entender por núcleo essencial da orientação, e de que modo poderá este ser definido?
3. A simples criminalização das práticas homossexuais e a ameaça com pena de prisão por estas práticas, conforme no Código Penal do Senegal, constituem um ato de perseguição, na aceção do artigo 9.º, n.º 1 e alínea a), lido em conjugação com o número 2, prómio e alínea c), da diretiva? Em caso de resposta negativa, em que circunstâncias é preenchido este conceito?

**Pedido de decisão prejudicial apresentado pelo Tribunale Amministrativo Regionale per il Lazio (Itália) em 14 de maio de 2012 — Vodafone Omnitel Nv/Autorità per le Garanzie nelle Comunicazioni, Presidenza del Consiglio dei Ministri**

(Processo C-228/12)

(2012/C 217/17)

*Língua do processo:* italiano

**Órgão jurisdicional de reenvio**

Tribunale Amministrativo Regionale per il Lazio

**Partes no processo principal**

*Recorrente:* Vodafone Omnitel Nv

*Recorridos:* Autorità per le Garanzie nelle Comunicazioni, Presidenza del Consiglio dei Ministri

**Questão prejudicial**

As disposições comunitárias para o setor, em especial as disposições da Diretiva 2002/20/CE<sup>(1)</sup>, devem ser interpretadas no sentido de que se opõem à regulamentação nacional referida no presente despacho, em especial à Lei n.º 266 de 2005, nomeadamente devido à forma como esta é concretamente aplicada a nível regulamentar?

<sup>(1)</sup> Diretiva 2002/20/CE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 7 de março de 2002, relativa à autorização de redes e serviços de comunicações eletrónicas (diretiva autorização), (JO L 108, p. 21).

**Pedido de decisão prejudicial apresentado pelo Tribunale Amministrativo Regionale per il Lazio (Itália) em 14 de maio de 2012 — Fastweb SpA/Autorità per le Garanzie nelle Comunicazioni e o.**

(Processo C-229/12)

(2012/C 217/18)

*Língua do processo:* italiano

**Órgão jurisdicional de reenvio**

Tribunale Amministrativo Regionale per il Lazio

**Partes no processo principal**

*Recorrente:* Fastweb SpA

*Recorridos:* Autorità per le Garanzie nelle Comunicazioni e o.

**Questão prejudicial**

As disposições comunitárias para o setor, em especial as disposições da Diretiva 2002/20/CE <sup>(1)</sup>, devem ser interpretadas no sentido de que se opõem à regulamentação nacional referida no presente despacho, em especial à Lei n.º 266 de 2005, nomeadamente devido à forma como esta é concretamente aplicada a nível regulamentar?

<sup>(1)</sup> Diretiva 2002/20/CE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 7 de março de 2002, relativa à autorização de redes e serviços de comunicações eletrónicas (diretiva autorização), (JO L 108, p. 21).

**Pedido de decisão prejudicial apresentado pelo Tribunale Amministrativo Regionale per il Lazio (Itália) em 14 de maio de 2012 — WIND Telecomunicazioni SpA/Autorità per le Garanzie nelle Comunicazioni e o.**

(Processo C-230/12)

(2012/C 217/19)

*Língua do processo: italiano*

**Órgão jurisdicional de reenvio**

Tribunale Amministrativo Regionale per il Lazio

**Partes no processo principal**

*Recorrente:* WIND Telecomunicazioni SpA

*Recorridos:* Autorità per le Garanzie nelle Comunicazioni e o.

**Questões prejudiciais**

As disposições comunitárias para o setor, em especial as disposições da Diretiva 2002/20/CE <sup>(1)</sup>, devem ser interpretadas no sentido de que se opõem à regulamentação nacional referida no presente despacho, em especial à Lei n.º 266 de 2005, nomeadamente devido à forma como esta é concretamente aplicada a nível regulamentar?

<sup>(1)</sup> Diretiva 2002/20/CE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 7 de março de 2002, relativa à autorização de redes e serviços de comunicações eletrónicas (diretiva autorização), (JO L 108, p. 21).

**Pedido de decisão prejudicial apresentado pelo Tribunale Amministrativo Regionale per il Lazio (Itália) em 14 de maio de 2012 — Vodafone Omnitel Nv/Autorità per le Garanzie nelle Comunicazioni, Presidenza del Consiglio dei Ministri**

(Processo C-231/12)

(2012/C 217/20)

*Língua do processo: italiano*

**Órgão jurisdicional de reenvio**

Tribunale Amministrativo Regionale per il Lazio

**Partes no processo principal**

*Recorrente:* Vodafone Omnitel Nv

*Recorrida:* Autorità per le Garanzie nelle Comunicazioni, Presidenza del Consiglio dei Ministri

**Questão prejudicial**

As disposições comunitárias para o setor, em especial as disposições da Diretiva 2002/20/CE <sup>(1)</sup>, devem ser interpretadas no sentido de que se opõem à regulamentação nacional referida no presente despacho, em especial à Lei n.º 266 de 2005, nomeadamente devido à forma como esta é concretamente aplicada a nível regulamentar?

<sup>(1)</sup> Diretiva 2002/20/CE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 7 de março de 2002, relativa à autorização de redes e serviços de comunicações eletrónicas (diretiva autorização), (JO L 108, p. 21).

**Pedido de decisão prejudicial apresentado pelo Tribunale Amministrativo Regionale per il Lazio (Itália) em 14 de maio de 2012 — Fastweb SpA/Autorità per le Garanzie nelle Comunicazioni e o.**

(Processo C-232/12)

(2012/C 217/21)

*Língua do processo: italiano*

**Órgão jurisdicional de reenvio**

Tribunale Amministrativo Regionale per il Lazio

**Partes no processo principal**

*Recorrente:* Fastweb SpA

*Recorridos:* Autorità per le Garanzie nelle Comunicazioni e o.

**Questão prejudicial**

As disposições comunitárias para o setor, em especial as disposições da Diretiva 2002/20/CE <sup>(1)</sup>, devem ser interpretadas no sentido de que se opõem à regulamentação nacional referida no presente despacho, em especial à Lei n.º 266 de 2005, nomeadamente devido à forma como esta é concretamente aplicada a nível regulamentar?

<sup>(1)</sup> Diretiva 2002/20/CE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 7 de março de 2002, relativa à autorização de redes e serviços de comunicações eletrónicas (diretiva autorização), (JO L 108, p. 21).